

CLUBES SOCIAL-RECREATIVOS: LAZER, ASSOCIATIVISMO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

SOCIO-RECREATIONAL CLUBS: LEISURE, ASSOCIATIVISM AND PROFESSIONAL ACTIVITY

André Henrique Chabaribery Capi*
Nelson Carvalho Marcellino**

RESUMO

Nosso objetivo é destacar a importância de um entendimento amplo da formação e atuação profissional setorial de lazer nos clubes social-recreativos. Apoiados nos autores consultados, colocamos aqui diversos indícios que apontam para a importância de uma formação e atuação profissional mais qualificadas, incluindo as dimensões técnicas, pedagógicas e políticas. Essa importância refere-se aqui ao clube, espaço privilegiado para a concretização do associativismo e como um componente do setor corporativo que pode fazer parte de políticas públicas de esporte e lazer.

Palavras-chave: Lazer. Clubes social-recreativos. Formação e atuação profissional.

INTRODUÇÃO

Mesmo com o avanço na elaboração de políticas públicas na área do lazer, verificamos serem poucas as investigações envolvendo as políticas setoriais de lazer desenvolvidas no setor corporativo (clubes social-recreativos, sistema “S” e associações de classe), uma vez que as discussões e ações disseminadas no meio acadêmico estão focadas em outros temas, como a relação entre lazer e trabalho, lazer e políticas públicas no setor estatal, lazer e educação, além de outros.

Para Bresser Pereira e Grau (1998), a construção das políticas sociais envolve, além de setores informais - como a família -, quatro setores sociais formais, considerando as esferas e formas de propriedade relevantes no capitalismo contemporâneo. São eles: *o setor público estatal* (detém o poder de Estado e/ou é subordinado ao aparato do Estado); *o público não-estatal* (conhecido por “terceiro setor”, ou “setor não-governamental”, que se volta ao interesse público e não tem fins lucrativos, mesmo regido pelo direito privado); *o*

corporativo (também sem fins lucrativos e orientado pelos interesses setoriais, de um grupo ou corporação, como, por exemplo, os sindicatos, associações clubísticas, sistema “S” e outros) e *o privado*, voltado ao lucro ou consumo privado.

Entendemos que as pesquisas envolvendo as políticas setoriais no setor corporativo são relevantes, pois, em todo o Brasil há cerca de 13.800 instituições, denominadas clubes, que possuem sede própria, tendo em seu quadro associativo uma média de mil sócios titulares, com uma média de quatro dependentes por sócio titular. Com isso há cerca de 53 milhões de pessoas vinculadas aos clubes, quase um terço da população nacional, conforme aponta a CBC (Confederação Brasileira dos Clubes). Estes dados, aliados à estrutura dos clubes, que é composta por equipamentos esportivos (quadras, piscinas, salas de jogos, etc.), programações com atividades físico-esportivas e eventos sociais (festas, *shows*, bailes), além da possibilidade de maior segurança aos seus frequentadores, numa sociedade como a

* Professor Mestre do curso de Educação Física da Unip, Unimep, Uniara e membro do Grupo de pesquisas em Lazer (GPL).

** Professor Doutor do programa de Mestrado em Educação Física da Unimep, líder do Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL) e pesquisador do CNPq.

brasileira, assustada com questões referentes à segurança, são relevantes para ampliarmos os estudos do lazer disseminados nesses espaços (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS CLUBES, 2005).

Para entendermos a política a ser disseminada junto a este setor é fundamental relacionarmos os estudos aos vários componentes que integram essa política, como atuação profissional, animação sociocultural, ação comunitária e o associativismo, não nos restringindo ao componente construção de equipamento, pois nessa perspectiva é contemplado somente um dos segmentos que compõem uma política pública de lazer. Ampliando os estudos é possível a disseminação de propostas que promovam um lazer para além do descanso e da diversão e em que seja possível o desenvolvimento pessoal e social.

Nessa perspectiva este estudo pretende contribuir com a discussão da formação e atuação profissional, um dos eixos que julgamos mais importantes para que os clubes vivenciem intensamente o associativismo, através do lazer, e participem de uma política pública mais abrangente que a política pública estatal, no setor.

CLUBES SOCIAL-RECREATIVOS: RELAÇÕES SOCIAIS, ESPORTE E LAZER

Na literatura encontramos algumas possibilidades de classificar os clubes, levando em conta os aspectos socioeconômicos, estatutários e estruturais. Mezzadri (1999) classificou os clubes em quatro categorias, a partir dos seus aspectos socioeconômicos: 1- entidades culturais e políticas: são os clubes frequentados por pessoas que possuem o mesmo posicionamento político; 2- entidade de "status": aqueles cujos integrantes são de alto poder aquisitivo e que são frequentados somente por pessoas da elite; 3- clubes tradicionais: espaços onde o público, na sua maioria constituído de imigrantes, mantém as tradições de seus países de origem; e 4- clubes beneficentes operários: entidades criadas para auxiliar nas dificuldades dos operários (classe que estava em processo de consolidação). Partindo dessa premissa, o autor entende que qualquer comunidade é formada por diferentes grupos sociais e econômicos e,

consequentemente, as particularidades de tais grupos influenciam a configuração dessa instituição. Para o autor, a atividade esportiva é um meio para a conquista desta participação mais ativa no desenvolvimento da sociedade, desde que sua ação não se limite a práticas esportivas.

Nos documentos oficiais (estatutos) os clubes são concebidos como associações ou sociedades civis sem fins lucrativos que são regidos pelas leis do País, além de possuírem uma constituição jurídica própria, representada pelo seu estatuto, cuja função é apresentar aos associados suas normas e regulamentos internos. Os recursos econômicos para a gestão dos clubes advêm da mensalidade disponibilizada por cada sócio titular de um título, além de arrecadações oriundas de eventos/atividades de caráter esportivo, social e cultural realizados para sócios e terceiros, conforme previsto no estatuto dos respectivos clubes. Estes recursos são administrados por um grupo de sócios escolhidos pelos próprios associados, por intermédio de uma assembleia geral, que define a diretoria executiva, o conselho deliberativo e o conselho fiscal a partir das normas estatutárias de cada associação. A diretoria tem a função de colocar em funcionamento as normas previstas no estatuto, nos regulamentos internos e demais resoluções. O conselho deliberativo é um órgão soberano nas associações, uma vez que sua função é orientar e aprovar as resoluções da diretoria. Já ao conselho fiscal compete acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da entidade (CAPI, 2006).

Estruturalmente, os clubes são concebidos como espaços e equipamentos específicos de lazer, pois foram projetados especificamente para o seu desenvolvimento. Dentro desta classificação eles ainda podem ser considerados como equipamento microvalente, macrovalente, polivalente ou convencional, de lazer (REQUIXA, 1980).

Historicamente, o surgimento dos clubes sociais esportivos se estabeleceu nos centros urbanos em períodos diferentes nos estados e cidades do Brasil. Para analisarmos a prática físico-esportiva desenvolvida nessas instituições é necessário resguardarmos os objetivos e as configurações existentes no seu interior (MEZZADRI, 1999). Para Pina (1995, p. 121),

os clubes tiveram origem "no final do século passado e hoje eles estão implantados em grande parte dos municípios brasileiros". Segundo Carvalho (1977), os clubes esportivos são vistos como uma célula social de grande importância comunitária em que os aspectos fundamentais da cultura podem tomar corpo. Nesse espaço "o cidadão pode encontrar solução para a necessidade humana de estabelecer relações enriquecedoras com outros indivíduos" (CARVALHO, 1977, p. 32). Outro aspecto importante anunciado por esse autor está relacionado ao fato de o clube esportivo ser a única entidade a possuir um núcleo voluntário que permite à comunidade vida coletiva com características que englobam lazer, cultura e sociedade, a partir de uma visão integrada.

O CLUBE COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO

Historicamente, o associativismo se difundiu no Brasil por intermédio da Igreja no período colonial, meados do século XV, quando o país passava por um quadro organizacional caótico, motivado pelas fortes restrições a qualquer processo de desenvolvimento de comunidade. Para Barreto (1987, p 46),

a criação das primeiras 'Irmandades Religiosas' e 'Ordem Terceiras' além das 'Santas Casas', provocou os primeiros estímulos e condições de participação ativa da população numa iniciativa própria comunitária.

Oliveira (1981) anuncia que há quase um consenso na literatura das Ciências Sociais a respeito da baixa ressonância do associativismo entre os brasileiros. Para o autor, "o brasileiro é um ser com baixo índice de associativismo, sendo por isso mesmo, insignificante sua participação em organizações comunitárias" (OLIVEIRA, 1981, p. 1). Essa caracterização do não-associativismo está relacionada à limitada visão de participação da população, que a restringe à participação em associações (sindicatos, sociedades de bairro, clubes de mães, clubes esportivos, etc.). A partir dessa premissa, o autor anuncia que, além da

participação em associações, as pessoas podem encontrar outras formas de participação associativa. Uma primeira opção seria a

participação através das relações interpessoais nas quais as pessoas necessariamente se conhecem e travam contatos frente a frente: manifestam-se principalmente nos contatos entre amigos, parentes, vizinhos, colegas, etc. (OLIVEIRA, 1981, p. 2-3).

A segunda forma é concebida também por meio das relações interpessoais manifestadas como grupos, em que o relacionamento ainda ocorre entre conhecidos; entretanto há uma escala mais ampliada, em que a ocorrência se dá normalmente em festas, reuniões, bailes, churrascadas, etc. A outra possibilidade acontece numa escala de abrangência ainda maior, visto que a participação, além de incluir as características das formas anteriores, manifesta-se por meio da participação em associações ou clubes. Nessa perspectiva, trata-se de um aglomerado de pessoas com dimensões ampliadas, em que nem todos se conhecem, estabelecendo-se canais indiretos de participação (OLIVEIRA, 1981).

Em outros estudos, encontramos evidências semelhantes às anunciadas, uma vez que os clubes esportivos e recreativos são vistos como instituições que proporcionam lazer às populações capazes de se manifestar nas diversas camadas sociais, por meio do associativismo. Em um de seus estudos, Marcellino (1999b) também identifica os clubes nessa perspectiva, denominando-os de *formas de associação voluntária*.

Uma associação nasce numa determinada sociedade a partir da necessidade do ser humano de se agrupar, pois há na sociedade uma carência não satisfeita e que é preciso satisfazer (BARRETO, 1987). O associativismo é entendido por Barreto (1987, p. 49) "como um mecanismo democrático que conduz o ser humano à consciência de suas vinculações com a comunidade, tornando-o capaz de se auto-ajudar e, também, ensinando-o não só a trabalhar para os outros, mas com os outros".

A sobrevivência do associativismo depende do trabalho organizado, que deve ter estruturas prontas para serem funcionais; porém tais

estruturas não devem ser permanentes nem acabadas, para não se transformarem numa organização (BARRETO, 1987).

Para poder ser concebida como um espaço que promove o associativismo, uma associação ou clube precisa manifestar alguns aspectos, como, por exemplo, o estabelecimento de relações primárias e secundárias entre as pessoas envolvidas na comunidade, propiciando a elas amplas oportunidades de efetiva participação.

Há duas pesquisas realizadas por Marcellino (1999b, 2003) sobre associações: uma de corredores e outra de futebol, em que o autor encontrou aspectos ligados ao associativismo. No entanto, durante suas trajetórias esses grupos sempre atuavam voltados para si mesmos, e embora tivessem importância para as comunidades onde estavam integrados, nunca atuaram como grupos de pressão junto aos órgãos responsáveis pela fixação e gestão de políticas públicas na área do lazer. Todo grupo organizado - clubes, associações, sindicatos, partidos políticos, grupos étnicos, feministas, etc. - pode contribuir para minimizar a defasagem entre as aspirações (o querer) diretamente relacionadas aos interesses físicos e aos demais conteúdos culturais do lazer, e a sua efetiva vivência (o fazer) no lazer das pessoas, integrando políticas públicas abrangentes (MARCELLINO, 1999a).

A atuação do animador sociocultural como facilitador da relação lazer/ associativismo nos clubes

A existência de um profissional atuando no clube como intermediário entre os associados e os conteúdos culturais do lazer - o animador sociocultural - deveria contribuir para facilitar a relação lazer/associativismo nos clubes, mas a análise de situação demonstra que há muito a ser feito.

O LAZER COMO CAMPO DE ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL

A inserção no mercado de trabalho no campo do lazer pode ocorrer em três setores, conforme referem Stoppa e Isayama (2001): no setor público (entendido nesse estudo como estatal) em que se verifica a contratação de profissionais objetivando o desenvolvimento de

projetos e ações no âmbito do lazer direcionadas para toda a população local, sem distinção de gênero, raça, classe social ou econômica; espaços como os clubes (setor corporativo), acampamentos, hotéis, academias de ginástica e parques temáticos (setor privado), que também são possibilidades de atuação para o profissional do lazer; e o terceiro setor, representado pelas associações de bairro, classes ou sindicatos, organizações não governamentais (ONG's) e cooperativas. Após analisarem as múltiplas experiências que integram esses setores (público, público não-governamental e privado), os autores denunciam a falta de ações comprometidas, pautadas em relações mais justas e com mais empenho.

É fundamental que as associações, os clubes e outras instituições afins desenvolvam projetos no campo do lazer e tenham seus objetivos fixados numa Política de Lazer e o seu quadro de pessoal seja formado e desenvolvido, técnica e politicamente, de acordo com seus princípios e estratégias. Destarte, uma política de lazer não pode ficar restrita ao desenvolvimento de atividades (política de animação), nem à construção e manutenção de equipamentos, mas deve contemplar também a formação e desenvolvimento de pessoal.

Diferentemente de instituições corporativas, como o Sesc e o Sesi, a maioria dos clubes não possui uma política de lazer com diretrizes para o recrutamento, formação e desenvolvimento de pessoal. A carência no setor de recursos humanos é imensa e, isso se torna evidente quando nos deparamos com a diversidade de categorias funcionais existentes numa mesma instituição. Os profissionais que atuam no campo do lazer podem exercer diversas funções, nas quais cada um possui uma especificidade envolvendo uma diversidade de domínios, fundamentos, competências e habilidades (CAPI, 2006).

Especificamente nos clubes, os professores de educação física e os profissionais de áreas afins - como o turismo, a pedagogia e a dança - possuem uma classificação diversificada: professor de esportes (natação, tênis, judô, futsal, vôlei, basquete, handebol), atividades físicas (musculação, ginástica, yoga), dança (axé, forró, samba), entre outras funções (monitor, recreacionista, "tio", no caso das

colônias de férias e acantonamentos). Essa diversidade de opções de atuação dentro dos clubes demonstra que o processo de seleção para a contratação do profissional deve acontecer a partir de critérios específicos, sem interferência política advinda da diretoria. Essa interferência pode ocorrer diretamente por intermédio de indicações de pessoas que de alguma forma contribuam nas atividades desenvolvidas dentro do clube. Nessa perspectiva o profissional responsável pela gestão do lazer atua de maneira restrita, em desarmonia com as diretrizes básicas, que possam contribuir com o desenvolvimento de uma proposta consistente e de qualidade.

Mesmo com um longo tempo de atuação no mercado, a realidade do profissional de lazer ainda é pouco reconhecida. Algumas peculiaridades da nossa atuação e

as inúmeras 'interfaces' e 'inter-relações' do lazer com os diferentes fenômenos sociais, contribuem para uma dispersão dos profissionais associando-os diretamente ao tipo de organização em que atuam e não ao tipo de tarefa que exercem (PINA, 1995, p. 119).

Nessa perspectiva, a qualificação do quadro de pessoal que atua no campo do lazer, independentemente do tipo de equipamento (tipologia, dimensões, capacidade, composição das instalações), torna-se ponto fundamental para a qualidade dos serviços prestados nessa área. Outro aspecto está relacionado aos processos de gestão agregados à administração, à programação, à animação e à manutenção adotados por esses espaços (PINA, 1995).

A implantação de um sistema organizacional no lazer, como ocorre em outras áreas, é um primeiro passo para estruturarmos a animação nos espaços de lazer. Para Pina (1995), esse processo se inicia com a criação de um quadro de referências, apresentando um plano de cargos e funções que estejam devidamente relacionados com os processos de atuação no lazer. O autor classifica os profissionais (demonstrativo abaixo) de acordo com a sua formação (escolar) e experiência (profissional ou voluntária na área do lazer).

FUNÇÃO	CARGOS
Gestão e consultoria	Gerentes, encarregados de setor, consultores, dirigentes públicos e privados etc.
Profissional polivalente	Programadores, animadores.
Profissionais especializados	Monitores de atividades, recreadores, pessoal de alimentação, etc.
Voluntários	Participantes nas atividades que colaboram voluntariamente em sua organização e realização

Quadro 1 - Classificação dos profissionais.

Fonte: Pina (1995, p. 126).

Para atuar profissionalmente na área do lazer, independentemente da função a ser exercida, Pina (1995, p. 127-8) coloca que esse profissional necessita da combinação de algumas características: "(a) Formação; b) informação; c) comportamento e atitude; d) atualização; e) imaginação e intuição; f) criatividade; g) cooperativismo; h) dedicação; i) comunicação; j) autoformação permanente".

Especificamente nos clubes, encontramos algumas barreiras a serem superadas, uma das quais é a má formação do profissional de Educação Física que atua no campo do lazer. Isso fica evidente quando notamos no cotidiano a falta de capacidade técnica dos gestores, o não-aperfeiçoamento e a não-atualização dos profissionais, a falta de elaboração de programas com base na participação popular local, o não-acompanhamento das ações, etc. (CAPI, 2006).

Para Maia, os profissionais envolvidos com as atividades de esportes e lazer necessitam de:

[...] uma sólida formação cultural, social e política com uma atuação pautada numa visão ampla de aspectos que estão subjacentes à sua intervenção, como o dilema existente entre a massificação da cultura, pautada na indústria cultural, com sua lógica do consumismo, do modismo, do individualismo e do status, tão em voga na vivência do lazer em nossa sociedade, e o entendimento da difusão e da criação culturais, balizado na identidade cultural como ancora de um saber-fazer que considere e respeite a produção própria de cada segmento social e comunitário (MAIA, 2003, p. 94).

Os espaços de lazer devem exigir dos seus profissionais uma atuação que esteja em constante transformação, pois o papel desse profissional como educador é construir uma política de lazer que “efetivamente democratize e socialize os bens culturais da humanidade, independentemente de classe social, raça e religião; tendo como princípios básicos à cultura e uma vigilante reflexão do dilema do lazer como mercadoria, produto da indústria cultural” (MAIA, 2003, p. 99).

O profissional de educação física que atua no campo do lazer pode desempenhar uma diversidade de funções. A administração, a organização, a coordenação, o planejamento e a execução de vivências são algumas das possibilidades. Isayama (2003, p. 62) aponta que os “conhecimentos específicos sobre o lazer ou relacionados a ele, tais como a recreação, o lúdico, o prazer, etc.” são elementos fundamentais na intervenção desses profissionais.

Em relação às possibilidades de intervenção que contribuam na atuação do profissional que trabalha com o lazer, o autor cita que a promoção da sua capacitação deve ocorrer:

[...] por meio da construção de saberes e competências referentes ao lazer os quais devem estar relacionados ao comprometimento com os valores alicerçados em uma sociedade democrática; à compreensão de nosso papel social na educação para o lazer; ao domínio dos conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares; e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação que auxiliem no aperfeiçoamento da prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas (ISAYAMA, 2003, p. 63).

Nessa perspectiva, devemos proporcionar ao profissional uma visão mais ampliada do seu contexto sociocultural, contribuindo para que as pessoas envolvidas nas atividades tenham mais criticidade quanto à ordem vigente, superando, assim, a “perspectiva tradicional de lazer”, que se caracteriza por contribuir e reforçar os

valores da ideologia dominante, levando os profissionais a desenvolverem práticas tradicionais que não possibilitam envolvimento críticos, criativos e conscientes dos participantes (ISAYAMA, 2003).

Então entendemos que a animação sociocultural, concebida como a metodologia que permite a estreita unificação entre o desenvolvimento social (obtenção de níveis mais elevados de bem-estar social) e o desenvolvimento cultural (única forma de o ser humano se situar lucidamente no mundo e aí construir a via que lhe é própria), é um caminho a ser conquistado pelos profissionais do lazer (CARVALHO, 1977).

ATUAÇÃO DO ANIMADOR SOCIOCULTURAL

A busca de uma definição que mostre todas as possibilidades existentes no campo da animação é anunciada como animação-integração e animação-contribuição. A primeira traduz um sentido passivo (estado do ser humano que recebe uma ação exterior), e a , um sentido ativo, que anima esse ser, mobilizando-o na perspectiva de encontrar um caminho, uma via de afirmação perante a sua realidade. Para Carvalho (1977, p. 149)

[...] a animação deverá, antes de tudo definir-se como a ação, espontânea e/ou provocada, que permitirá ao indivíduo assumir o seu próprio desenvolvimento, o que pressupõe uma profunda tomada de consciência, por parte do animador, do significado da cultura e das necessidades do cidadão e do grupo em que atua.

A animação sociocultural pode permitir uma intervenção profunda nos grupos sociais utilizando os princípios desta ação e buscando o desenvolvimento social e cultural dos seres humanos. Carvalho afirma que a conquista desse desenvolvimento é concebida por meio de outros objetivos que visam a:

- uma maior compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, de modo a poderem apreender, com maior clareza e

profundidade, os problemas que dizem respeito à sua profissão, aos indivíduos que os cercam, à família, etc.;

- uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo se encontra, única forma de poder participar mais empenhadamente e atuar mais intensamente na pesquisa das soluções, sempre renovadas, dos problemas da sua comunidade;

- uma mais extensa preparação para receber e ser capaz de se afirmar frente às constantes alterações provocadas na sociedade pelo progresso científico e técnico, o que o levará a ter que se pensar constantemente as coordenadas que definem o comportamento do indivíduo (CARVALHO, 1977, p. 150).

A superação da ação tradicional no campo do lazer deve acontecer na perspectiva da animação sociocultural, anunciada inicialmente por Carvalho (1977). Ao seguir esse caminho a ação profissional poderá buscar subsídios que fundamentem uma ação mais abrangente e transformadora, visto que “a animação sociocultural, assim, busca se alicerçar na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças no plano cultural e social” (STOPPA; ISAYAMA, 2001, p. 94). Para alcançarmos uma atuação arraigada nas características da animação sociocultural,

[...] é imprescindível realizar estudos aprofundados sobre as relações mais amplas que são engendradas nas vivências de lazer, o que pode levar a maior compreensão do nosso cotidiano, considerando os diferentes pontos de vista, interesses e conhecimentos que engloba. Nesse caso, a ação/ reflexão/ ação é um encaminhamento fundamental, e o profissional deve tornar-se um pesquisador de sua prática, reforçando o compromisso com o avanço do conhecimento e com a compreensão da realidade, promovendo uma interação entre teoria e prática (STOPPA; ISAYAMA, 2001, p. 96).

Outros aspectos - como o trabalho de interação e de troca de informações entre as pessoas e os grupos que proporcionam a abertura de novos canais de comunicação, a

conscientização das pessoas a respeito do individual e do coletivo, a elaboração das ações concretas a partir da opinião de todo o grupo, a reflexão sobre a necessidade da autêntica participação de todos os sujeitos no processo de emancipação - também são essenciais para uma atuação na perspectiva da animação sociocultural (CARVALHO, 1977). Para que esses elementos se tornem evidentes na atuação do profissional, a sua manifestação deve ocorrer a partir de quatro noções básicas que são propostas pelo autor: facilitação, clarificação, catalisação e promoção:

Facilitação: em que centrará a sua atenção especialmente sobre a rede de comunicações elaborada pelo grupo, procurando abrir sempre novos e mais profundos canais de comunicação;

Clarificação: procurando esclarecer o grupo e cada um de seus elementos sobre o significado do comportamento individual e coletivo;

Catalisação: suscitando um movimento de constante procura do grupo no sentido de este poder elaborar, por si próprio, as formas concretas de ação para que está, no momento, motivado;

Promoção: como resultado de toda a ação definida anteriormente, poder-se-á elaborar uma autêntica via participativa de todos os elementos do grupo, única forma, parece-nos, de construir uma autêntica via emancipadora (CARVALHO, 1977, p. 155-156).

O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ANIMADOR SOCIOCULTURAL

O professor de educação física é visto por Carvalho (1977) como animador, uma vez que os profissionais dessa área são capazes de promover o “desporto” para os jovens e adolescentes. Outro anúncio apontado pelo autor nos anos 70 que podemos evidenciar na atualidade refere-se à capacidade desse profissional para intervir como animador, também com as crianças, com os adultos e com as pessoas mais velhas.

Além de se manifestar com essas características, a animação é uma ação educativa que pode e deve ser incluída no processo

educativo, tanto das crianças quanto dos jovens, adultos e idosos. Essa possibilidade se tornará realidade quando os profissionais do lazer ajustarem seus objetivos a partir de uma ação mobilizadora de consciências, proporcionando sentido e justificação à existência do ser humano (CARVALHO, 1977).

Segundo Carvalho, a animação como processo educativo:

[...] pretende, acima de tudo, provocar alterações concretas na forma de vida dos indivíduos através da sua adesão a atividades próprias, procurando, finalmente, alterações estruturais, única forma de realizar, no plano real, uma autêntica ideologia da transformação social e do desenvolvimento (CARVALHO, 1977, p. 147).

A animação promovida como educação informal, no tempo disponível das pessoas, tem o caráter recuperativo da sua formação, podendo esta ser realizada numa instituição que esteja ligada ou não ao tempo disponível, desde que se respeitem as características básicas das atividades desenvolvidas nesse tempo. Enfim, a animação deve ser concedida às pessoas a partir do instante em que a “adesão livre e espontânea do indivíduo, liberdade de escolha do comportamento a adotar, respeito pelas suas características e aceitação dos seus pontos de vista” se tornem pontos essenciais nas vivências (CARVALHO, 1977, p. 148).

relevante conscientizar o profissional de educação física sobre sua atuação, pois sua prática ocorre numa área em que o direito de escolha está implícito nas ações dos envolvidos que participam das atividades físicas e esportivas oferecidas pelo clube. A necessidade de reflexão deste profissional precisa ser abrangente e, para isso, o aprimoramento da escuta é fundamental. Para Stigger (2003, p. 117), “o exercício da escuta não se resume a responder as demandas da população local, mas, sim, constitui-se numa política realizada com a participação da população, que se estabelece na democratização do poder decisório”. O autor ainda afirma:

Desenvolver uma política de lazer e esportes nessa perspectiva significa, mais do que oferecer serviços à

população, criar condições para a promoção do debate e da reflexão sobre essas mesmas políticas, no sentido de construção de um projeto coletivo, em que as escolhas aconteçam democraticamente, de forma qualificada e consciente (STIGGER, 2003, p. 117).

O profissional do lazer, ao compreender a escolha e a escuta como instrumentos fundamentais para sua atuação, possibilita a democratização e coloca-se em jogo com a população local, promovendo uma escolha pedagógica que identifique o espaço de lazer como um espaço pedagógico e o profissional como um educador (STIGGER, 2003).

A animação nos espaços de lazer, em qualquer setor, manifesta-se por meio da intervenção dos profissionais de diversas áreas; entretanto é fundamental a participação do voluntariado, pessoas da comunidade geralmente identificadas como os líderes e capazes de apontar as dificuldades ou problemas do seu grupo de interesse. Uma das funções do voluntariado é contribuir com a sua capacidade de sensibilizar, mobilizar e coordenar os demais integrantes, despertando e ampliando neles a consciência das dificuldades do grupo, predispondo-os para uma ação que vise ao encaminhamento de solução dos problemas ou à realização de aspirações relacionadas com a comunidade (REQUIXA, 1973).

Vários autores anunciam que se faz necessária a presença do voluntariado em qualquer setor em que o lazer seja desenvolvido. Para Paiva, o trabalho voluntário deve ser entendido

[...] como uma responsabilidade de cada pessoa que independe de sua classe social e ganha a dimensão de uma ação que deve ser inerente a todo cidadão que juntamente com os demais membros da sua comunidade, seja ela qual for, envidará esforços para superar os problemas vividos e alcançar seus anseios (PAIVA, 2003, p. 159).

No lazer, o voluntariado não diminuirá o campo de atuação do profissional, nem será visto como uma alternativa de mão-de-obra barata, desde que ele seja “devidamente

capacitado nos aspectos específicos e gerais de uma política de esporte e lazer” tornando-se “peça fundamental para a implementação de programas que superam a tradicional prática na área, marcada pelo distanciamento entre as ações desenvolvidas e a cultura local” (PAIVA, 2003, p. 165).

A propósito, para democratizarmos as atividades nos clubes é fundamental a participação voluntária dos associados, visto que por meio da contribuição da comunidade local os profissionais terão contato com as experiências já vivenciadas por eles nesse ambiente, e com isso haverá respeito pela “realidade cultural de cada um, a fim de evitar a imposição das ditas atividades melhores, na visão dos técnicos” (PAIVA, 2003, p. 164).

Segundo Paiva (2003), esses aspectos não diminuem o campo de atuação do profissional e muito menos concedem o direito dele de

[...] abrir mão do seu papel de educador, ao contrário, a ação educativa será o cerne de sua atuação, porém, sempre buscando respeitar a realidade cultural de cada comunidade, fazendo com que essa realidade seja à base de seu trabalho, que visará à elevação dos níveis de participação dos sujeitos envolvidos, dos conformistas até os crítico-criativos (PAIVA, 2003, p. 164).

Na busca por despertar nos profissionais uma atuação consciente, pois seu papel vai além da reprodução de movimentos ou apenas transmissão de informação, é necessária uma compreensão mais ampla das questões relativas ao lazer e de seu significado para o ser humano, visto que na sociedade contemporânea a manifestação do lazer é colocada como reivindicação social cada vez mais exigente (MARCELLINO, 1995).

A superação dos problemas apresentados na atuação dos profissionais especialistas terá uma intervenção mais consistente quando sua ação ocorrer em equipes multi, pluri ou interdisciplinares. Para Marcellino (1995), isso não significa a busca da unidade do conhecimento sobre a realidade social, e sim, a importância do envolvimento entre os diversos domínios existentes dentro da própria educação física e entre as demais áreas.

Nesse sentido, Marcellino lembra que para superarmos tais problemas é fundamental a formação de

[...] um novo especialista, não o “especialista tradicional” – superficial e unidimensional – mas o que domine a sua especialidade dentro de uma visão de totalidade. E para contemplar essa visão são exigidos, pelo menos, dois requisitos: uma sólida cultura geral – que permita perceber os pontos de interseção entre a problemática do lazer e as demais dimensões da ação humana e a contribuição de outras áreas de ação/ investigação – e o exercício constante da reflexão (MARCELLINO, 1995, p. 20).

O profissional de educação física que atua nos clubes é um dos principais elos entre as pessoas que frequentam esse espaço e os diretores responsáveis por sua administração. Dessa forma, três elementos se tornam essenciais para uma atuação profissional comprometida e digna: seriedade, competência e compromisso político. Esses aspectos têm a função de possibilitar maior credibilidade ao profissional, tornando-o mais respeitado.

A capacitação adequada do profissional de educação física no campo do lazer possibilita que sua atuação seja ativa na elaboração das programações, tornando-o um componente fundamental para a equipe de planejamento. Dependendo do nível da sua capacitação e de seu conhecimento profissional, suas ações acabam extrapolando sua área de intervenção e passam a atingir os demais aspectos que envolvem o lazer (MARCELLINO, 2001).

Para o profissional adquirir todas essas competências será necessário ele “mesmo se respeitar, estudar, se aprofundar, percebendo a interseção de suas áreas com as demais, e não reforçando os estereótipos do sujeito simpático, bom camarada, que sabe ‘agitar’, pura e simplesmente” (MARCELLINO, 2001, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo recomenda a superação de algumas ações desenvolvidas atualmente nos clubes no que diz respeito à atuação dos

profissionais da área do lazer, as quais podem ocorrer por intermédio dos elementos propostos pelo associativismo, pela animação sociocultural e pelas políticas públicas setoriais, na perspectiva de ampliar as opções de lazer disseminadas nesses espaços, visto que os clubes se limitam a oferecer as instalações para a prática de atividades e os pacotes de eventos, não levando em consideração sequer as características e a demanda da comunidade local (CAPI, 2006).

Para tanto, é fundamental concebermos o lazer, nos clubes e nas demais esferas da vida humana, como um meio transformador capaz de proporcionar, além de diversão e divertimento, o desenvolvimento pessoal e social.

A união dos clubes por meio da (CBC) é um caminho para eles participarem de uma política pública de lazer, pois em suas ações essa instituição tem como objetivo estimular o constante aprendizado como forma de geração de conhecimentos, a responsabilidade pública e

a cidadania como apoio às ações comunitárias, ao esporte, à saúde, à cultura e à educação, além da iniciativa, do espírito de participação e da criatividade.

Em suma, apoiados nos autores consultados, colocamos aqui diversos indícios, apoiados nos autores consultados, que apontam para a importância de uma formação e atuação profissional mais qualificada, incluindo as dimensões técnicas, mas também as pedagógicas e as políticas, pois clube, como espaço privilegiado para a concretização do associativismo e como um dos componentes do setor corporativo, pode fazer parte das políticas públicas de esporte e lazer. Se os clubes, com toda a estrutura “clubística” existente no país, conseguissem se estruturar em movimento, boa parte da política pública de esporte e lazer estaria definida pelo seu componente corporativo, e nesse sentido a atuação profissional tem um importante papel a cumprir.

SOCIO-RECREATIONAL CLUBS: LEISURE, ASSOCIATIVISM AND PROFESSIONAL ACTIVITY

ABSTRACT

Our objective is to demonstrate the importance of an ample understanding of the formation and professional sectorial leisure activity in socio-recreational clubs. We highlight here various signs, supported by the referenced authors, that point to the importance of a more qualified professional basis, which includes technical, but also pedagogical and political dimensions in the club, as a privileged space for the concretization of associativism, and as one of the components of the corporative sector which can belong to a public political body of sports and leisure..

Keywords: Leisure activities. Sportive clubs. Professional performance.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, S. L. C. Associativismo no Brasil. **Bol. Intercâmbio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 30, p. 44-53, 1987.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos & GRAU, Núria Cunill. **O público não estatal na reforma do estado**. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo/Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CAPI, A. H. C. **Lazer e Esporte nos clubes social-recreativos de Araraquara**. 2006. 124 p. **Dissertação (Mestrado)** Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.
- CARVALHO, A. M. **Cultura física e desenvolvimento**. Lisboa: Compendium, 1977.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS CLUBES. **Quem somos: plano estratégico da CBC 2005/2008**. Disponível em: <http://www.cbc-clubes.com.br>. Acesso em 02 mai. 2005.
- ISAYAMA, F. H. O profissional da Educação Física como intelectual: Atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**, Campinas: Papirus, 2003.
- MAIA, L. F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, N. C. SILVA, D. A. M. da, OKAMORI, L. C. Futebol e associativismo. **Relatório final da pesquisa – CNPq**. Campinas: DEL-FEF-UNICAMP, 2003.
- MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. O lazer na empresa: alguns dos múltiplos olhares possíveis. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer & empresa**. Campinas: Papirus (coleção fazer/ lazer), 1999a.
- MARCELLINO, N. C. **Para tirar os pés do chão**. São Paulo: Hucitec, 1999b.
- MARCELLINO, N. C. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MEZZADRI, F. M. As práticas esportivas nos clubes do Paraná. **Rev. Conexões: Educação, Esporte, Lazer**, Campinas, n. 3, p. 103-110, 1999.

OLIVEIRA, P. S. É o brasileiro associativo? São Paulo: **Leituras CELAZER**, 1981. p. 1-6 (Cadernos de Leituras, n. 13).

PINA, L. W. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

PAIVA, J. L. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

REQUIXA, R. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

REQUIXA, R. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e mercado**. Campinas: Papirus, 2001.

Recebido em 09/10/08

Revisado em 18/03/09

Aceito em 01/05/09

Endereço para correspondência: André Henrique Chabaribery Capi. Rua Venâncio Alonso Perez, 512, Vila Melhado, CEP 14807-024, Araraquara-SP, Brasil. E-mail: andrechacapi@ig.com.br